

## **ENTRE 1920 E 1940: REGISTROS DA IMPRENSA DO GRANDE INTERIOR BRASILEIRO.**

OTÁVIO CANAVARROS (UFMT).

### **Resumo**

Resumo: este trabalho é um resultado parcial da nossa pesquisa sobre A história da leitura em Cuiabá através da imprensa (1910–1940), atualmente, em fase de conclusão de levantamentos empíricos. Destacaremos nele, as leituras do jornal católico “A CRUZ”, no período de 1920 a 1940, no qual procuraremos investigar os indícios de cultura letrada (erudita) no periódico, tais como crítica literária ou artística em geral e as suas variadas manifestações e meios de propagação. Procuraremos, também, apontar os surgimentos de registros sobre a cultura material (objetos e/ou práticas) da inovação modernizadora, no contexto interiorano brasileiro da época. Sobretudo, discutiremos as representações culturais mais expressivas da imprensa escrita no entreguerras, os valores éticos, políticos e sociais, para o comportamento privado ou coletivo. No que se refere à cultura material, priorizaremos as novidades vinculadas pelo jornal, com especial atenção aos processos de circulação e distribuição do impresso, na Capital e no interior do Estado. Procuraremos discernir, nas atualizações da imprensa, as diversas técnicas de combinação de inventos das mídias, realizadas pelo jornal. Como exemplo, as combinações modernizadoras do prelo com o telégrafo, o telefone e, principalmente, com a transmissão radiofônica. Enfim, iremos analisar os registros de mudanças de padrão comunicativo, mais adequadas aos valores de uma cultura de massas.

### **Palavras-chave:**

leitura, imprensa, Cuiabá.

Dando prosseguimento à narrativa de nossa pesquisa sobre o jornal *A CRUZ*, discorreremos sobre o período compreendido entre 1920 e 1940, destacando alguns aspectos da imprensa cuiabana nessa quadra. Para o jornal da Liga Social Católica Brasileira de Matto Grosso, editado em Cuiabá, MT, foi, inicialmente, um tempo de menos confrontação, pois os efeitos da Grande Guerra fizeram-se sentir pesadamente na consciência dos contendores ideológicos. As rixas, ou as contundências nos debates de idéias, cederam lugar a uma maior tolerância, fruto, talvez, do abalo emocional provocado em todos pela hecatombe recém-encerrada no centro da Europa moderna. A angústia e a perplexidade eram sentimentos dominantes entre os povos e na intelectualidade, principalmente.

Em Cuiabá, outro fator apaziguador foi a eleição para o governo do Estado do arcebispo-auxiliar, D. Francisco de Aquino Corrêa, para o quadriênio 1918-1922. O coronelismo reinante tinha provocado uma intervenção federal e chegado a um impasse, após muitos anos de violência e perturbações. A solução política foi a eleição do arcebispo, personagem respeitada pelas forças conflitantes por seus títulos e méritos. O governo de D. Aquino procurou incentivar na Capital uma agenda relacionada às promoções culturais, tendo em vista as comemorações de duas grandes efemérides: o 8 de abril de 1919, bicentenário da fundação de Cuiabá, e o 7 de setembro de 1922, o centenário da Independência, evento nacional. Era, sem dúvida, uma ocasião de comemorações, de conagraçamentos, que deveriam ser preparados, antecipadamente, com grande esmero e envolvimento da coletividade, mesmo considerando que o Centenário, propriamente, estivesse no calendário do sucessor. Não importava, urgia prepará-lo. Era uma conjuntura de ouro para aproximar adversários políticos e realizar uma

governança de trégua nesse recanto turbulento da Federação, às vésperas do novo período convulsivo nacional de 1922, a ser inaugurado pelos tenentes.

D. Aquino cumpriu seu papel de apaziguador e promotor da cultura e, com ele, o clima ideológico para *A CRUZ* ficou mais ameno. O semanário tornou-se mais noticioso e um pouco menos doutrinário, comparado com a sua primeira fase. Como a cidade de Cuiabá foi priorizada pela administração estadual, a cobertura jornalística era facilitada por causa dessa política. Dentre as prioridades de modernização da Capital, destacavam-se, sem dúvida, as questões da iluminação pública e do calçamento das ruas barrentas. Não foi sem júbilo, que o jornal anunciou, em 03 de agosto de 1919, a grande experiência da iluminação elétrica de alguns logradouros da cidade, ocorrida nos dias 26 e 31 de julho. Tudo isso fazia parte das comemorações do bicentenário da cidade. Na edição seguinte, o jornal criticava "os nossos jecas-tatus" por quebrarem os antigos lampiões a óleo, por causa do novo sistema. Enquanto isso, prosseguiram os trabalhos da construção do Jardim Luiz de Albuquerque, no Porto, com seu novo coreto. Era preciso urbanizar a cidade, pois os automóveis começavam a circular.

Esse ano de 1919 nasceu auspicioso do ponto de vista cultural, com a inauguração, no dia 01 de janeiro às 13 horas, no salão nobre do Palácio da Instrução, do Instituto Histórico de Matto-Grosso, segundo noticiava *A Cruz* na sua edição nº. 411, de 12 de janeiro de 1919. Ainda no seu transcorrer, a folha registrava no mês de agosto o aparecimento de duas obras de autores cuiabanos: *Datas mattogrossenses*, de Estevão de Mendonça e *Poesias*, de José de Mesquita, ambos membros do IHMT, recém-fundado. Aliás, o advogado Dr. José Barnabé de Mesquita, assíduo colaborador do jornal, assumiria a sua direção a partir de 1925, e ali permaneceria por muitos e muitos anos.

Se o quadriênio do governo D. Aquino foi apaziguador, na política regional, o ano de 1922 vai inaugurar um novo ciclo político em nível nacional, com profundas repercussões em Mato Grosso. Não tanto pelo movimento modernista que se anunciava em São Paulo, mas pelo repensar o Brasil, a partir do centenário da sua independência e pelos levantes anti-oligárquicos da jovem oficialidade do Exército, que se insurgia contra as práticas fraudulentas e bacharelescas da República liberal. Eram os primeiros sintomas, no Brasil, de uma longa crise do liberalismo que iria se prolongar até o término da II Grande Guerra. Foi uma crise inusitada do liberalismo, nos seus aspectos político, econômico e ideológico em escala mundial. Na Europa, ela teria iniciado mais cedo, com a conflagração de agosto de 1914. Alguns historiadores chegam mesmo a afirmar que de 1914 a 1945 o continente europeu teria conhecido uma nova "guerra dos trinta anos", principalmente travada no *front* ideológico, entre o liberalismo e os diversos tipos de autoritarismos. Foi a essa quadra histórica conturbada e complexa que coube a direção do semanário ao desembargador José de Mesquita, cuja formação, a uma vez católica e liberal, foi exigida ao extremo.

A partir de 1930 a radicalização deu a tônica nos negócios do mundo. A crise econômica, deslançada em outubro de 1929, transformara o mercado mundial em palco de protecionismos e outras práticas mercantilistas que conduziram as principais economias para a grande depressão. A situação de radicalização, conduzida pelas ondas nacionalistas, desembocava no autoritarismo e na militarização, como recursos salvadores. A democracia e as liberdades eram as primeiras vítimas dessa conjuntura. Para sintetizar o desenrolar dos acontecimentos de época no Brasil, que terminou com o implante do chamado Estado Novo, em 1937, vamos narrar um pequeno episódio registrado pela *A Cruz* em fevereiro de 1941, do qual foi ela própria a protagonista de práticas daquele tempo, tudo isso sob a direção já experiente do escritor José de Mesquita. Depois retornaremos à narrativa dos acontecimentos do início da sua gestão no jornal para

entendermos o longo processo de submissão da imprensa livre ao poder político. Iniciemos pelo fim, portanto.

Na sua edição nº. 1476, de 02 de fevereiro de 1941, *A Cruz* estampava em manchete: "Registrada A Cruz no DIP". Dizia o texto: " É com satisfação que levamos ao conhecimento dos nossos leitores que A Cruz já se acha devidamente registrada no Departamento de Imprensa e Propaganda, conforme a seguinte e auspiciosa comunicação que, em data de 03 do fluente, dirigiu ao nosso redator-chefe, o Sr. Diretor Geral daquele importante Serviço, o Dr. Lourival Fontes:

*Rio de Janeiro, D.F., em 3 de janeiro de 1941*

*S. C. - Secção de Registro de Jornaes*

*Snr. Diretor*

*Comunico-vos que esta Diretoria Geral do DIP, tendo em apreço recomendação do Conselho Nacional de Imprensa e usando de suas atribuições legais, resolveu conceder registro ao jornal "A Cruz", que se edita nessa cidade semanalmente.*

*Saudações*

*Lourival Fontes*

*Diretor Geral"*

O contentamento do jornal era visível, mas suas inteiras razões só se compreendem, quando deparamos com o complemento da notícia, que dizia: "Também o nosso prezadíssimo amigo e confrade, Dr. Moreira de Figueiredo, teve a amabilidade de transmitir-nos a seguinte comunicação, de referência ao mesmo assunto:

*Cuiabá, M.T., de janeiro de 1941*

*Fiscalização do Papel de Imprensa*

*Comunico a V. S. Que ao brilhante e luzido hebdomadário "A Cruz" tão inteligentemente impulsionado por V. S., foi concedido o registro de acôrdo com a comunicação constante do ofício n. 108, do DIP datado de 3/1/41 e recebido por este serviço em 24/1/41.*

*Saudações*

*Antonio Manoel Moreira de Figueiredo*

*Encarregado da Fiscalização do Papel"*

Eis a razão complementar para o júbilo. Haveria um grande alívio financeiro nas taxas aduaneiras pela isenção da importação de papel de imprensa. Uma ditadura não se faz com poucos decretos. A nossa do Estado Novo, além de uma constituição, veio acompanhada de centenas de decretos-leis. Um deles, o de nº. 1938, editado em 30 de dezembro de 1939, delegava expressamente ao DIP o poder de fiscalização sobre isenções aduaneiras para importação de papel linha d' água, cujas elevadas taxas deveriam ser pagas em até 24 horas, para a liberação das bobinas. As autorizações eram centralizadas pelo chefe de serviço de controle da imprensa ou pelo próprio Lourival Fontes, diretor do DIP (LUCA, T. R de in: MARTINS e LUCA, 2008:173).

*O Estado de São Paulo*, sob intervenção desde março de 1940, e *A Noite*, do Rio de Janeiro, encampado (além da Rádio Nacional) demonstravam claramente os métodos e intenções do governo: coação e cooptação, com truculências e benesses. Apesar do empenho da ditadura ou "democracia autoritária" no "culto à personalidade" do "grande chefe", os efeitos dessa propaganda se faziam sentir mais entre os trabalhadores, na massa da população, que na imprensa, mais constrangida que entusiasmada, com a exceção *dos Diários* Associados de Assis Chateaubriand (CAPELATO, 1989: 220).

Só mesmo uma década de profunda crise na economia mundial acompanhada de feroz luta ideológica, como foi a década de 1930, concluída em confronto armado na Europa, com muitos lances aventureiros e violentos à esquerda e à direita do espectro político, poderia servir de explicação ao ambiente ideológico reinante. Tentaremos contribuir para a percepção desse fenômeno, o Estado Novo, remontando a meados da década de 1920, quando a direção do jornal passou às mãos de José de Mesquita, um intelectual cuiabano, egresso das arcadas do Largo de São Francisco, da Paulicéia.

Cuiabá, quando Mesquita assumiu a direção do jornal, era uma cidade interiorana, ainda acanhada em dimensões, que se fazia identificar pelos sons dos sineiros de seus campanários, pela imponência imperial de suas palmeiras e pelo casario colonial, com seus telhados de muitos beirais e, algumas poucas, platibandas. Era uma cidade pacata, pachorrenta. Só se agitava nas disputas políticas, o que denotava dependência do Estado, para os empregos e rendas. Voltando aos sons de Cuiabá, aos poetas não passaram despercebidos: "Sinos da minha terra, velhos sinos, cujo timbre de bronze e de velludo, é o encanto destes ares crystallinos, sinos da velha Sé, eu vos saúdo!", dizia em sonetos D. Aquino Corrêa (in: *A CRUZ*, V/1937: edição nº. 1284). Na Sé, "o sino maior", completava em crônica José de Mesquita, "magestoso, só se faz ouvir nas solenidades e nos dias de grande lucto" (MESQUITA, 1978: 121). Segundo outro cronista, eram "as vozes sonoras de São Gonçalo, Colegio, Bom Despacho, Rosário, Passos, Boa Morte, e, de mais alta vibração, as da velha Sé". E, invocando a Bilac, concluía Rosário Congro: "Plangei, sinos! A terra ao nosso amor não basta..." (in: *A CRUZ*, V/1938: edição nº. 1336).

Além dos sinos, as "Verdes palmeiras! Minhas confidentes! Quando a cismar fico contemplando, vaes, loucamente, os leques agitando, queres me consolar e mais te agitas!" Versava Arlinda Pessoa Morbeck, na mesma edição do jornal. Sinos e palmeiras eram signos da cidade no entre-guerras. "A Cuyabá de cem annos atraz era - relevem-me tão dura verdade - quasi a Cuyabá de hoje", escrevia em 1927, em crônica, José de Mesquita. Fazia a comparação dos bairros da cidade e chegava a essa conclusão: a cidade ainda tinha conformação da época da Independência (MESQUITA, 1978: 104/110). A vida andava devagar nessa quadra. Na "Papelaria União" podiam-se comprar, segundo o anúncio, livros didáticos ou literários, dentre

os quais sobressaíam os de Júlio Diniz, talvez atendendo ao público leitor feminino (*A CRUZ*, X/1925: edição nº. 695).

Enfim, enquanto plangiam os sinos e agitavam-se as palmeiras, em nível nacional era aprovado um projeto para a construção de um "Monumento Nacional ao Christo Redemptor" no Alto do Corcovado, no Rio de Janeiro. Em fins dezembro de 1923, o jornal anunciava a abertura de uma "Campanha Nacional do Óbulo para a Construção do Monumento". Já em 13 de janeiro seguinte, o jornal anunciava uma "subscrição cuiabana ao Óbulo Nacional do Christo Redemptor" no valor de 3:029\$500, com abertura de nova subscrição suplementar. A Igreja e *A CRUZ* lançavam-se inteiramente nessa campanha. Além dos três contos arrecadados em poucos dias em Cuiabá, a soma do Óbulo Nacional atingia, em junho de 1924, mais de 1.470 contos de réis. Era uma cifra expressiva para a época, denotando grande envolvimento dos católicos nessa empreitada, fazendo eclipsar as notícias, vindas de São Paulo, sobre o segundo levante tenentista de cinco de julho e o decreto de estado de sítio.

Os resultados da "Campanha do Óbulo" , liderada pelo cardeal Leme, do Rio de Janeiro e muito ligado ao arcebispo de Cuiabá, D. Aquino Corrêa, só se fizeram sentir mais claramente quando da inauguração do monumento do Corcovado, em 1931, ocasião na qual houve a proclamação oficial de N. Sa. Aparecida como padroeira do Brasil. A partir daí, as aproximações da Igreja Católica com o aparato do Estado se tornaram reciprocamente convergentes, apesar das divergências doutrinárias entre católicos e situacionistas na Constituinte de 1934.

No entanto, após a promulgação da Constituição e, principalmente, após os acontecimentos de 1935, com os levantes armados, provocados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), o apoio ao Governo e às suas medidas de repressão se tornaram patentes. Como disse a historiadora Maria Helena Capelato: "A partir da "Intentona" os liberais uniram-se aos católicos na defesa da ordem, da hierarquia e da disciplina para reforçar a dominação. Suas divergências ficaram minimizadas" (CAPELATO, 1989: 219).

Confirmando as assertivas da autora, encontramos na edição nº. 1217 de *A Cruz*, de 19 de janeiro de 1936, um artigo reproduzido do eminente intelectual católico Tristão de Athayde, intitulado *De palanque, não!* ,no qual rebatia as críticas, na imprensa carioca, do escritor e jornalista Austregesilo de Athayde sobre a omissão da "Egreja no Brasil" no combate ao comunismo e a "um esquerdismo perigoso e anti-nacional". Depois de se referir aos acontecimentos de 1930, como marco de "uma nova fase na vida pública brasileira, vem a Egreja no Brasil empreendendo uma obra social que contraria as afirmativas do grande jornalista". Para demonstrar isso, apontava a organização da *Acção Catholica Brasileira* como o maior instrumento de civilização espiritual até então fundado. "Podemos peccar por falta de publicidade ou de theatralidade, em nossos esforços - mas não por tibieza na affirmação dos nossos principios e na luta contra as idéas dissolventes", pontuava na conclusão do artigo.

Ano e meio mais tarde, em 14 de novembro de 1937, volta *A Cruz* a noticiar as mudanças políticas, com o título *O Brasil tem nova Constituição*, matéria sobre a Carta outorgada em 10 de novembro de 1937, inaugurando nova fase de autoritarismo na história do país. Vale a pena transcrevê-la na íntegra, para se sentir como, na narrativa do jornal, já encontramos uma adesão implícita à nova ordem estabelecida.

*Noticias vehiculadas pelo telegrapho e pelo radio nos dizem haver o Governo da Republica, apoiado nas classes armadas e com a solidariedade da quasi unanimidade dos Governadores dos estados, decretado uma nova Constitução Nacional, dissolvendo, em virtude dessa modificação do regimen, o Senado, a Camara e os legislativos estaduaes e municipaes. Determinou essa attitude a grave situação politico-social que atravessa o país, a necessidade imprescindível de fortalecer o princípio de autoridade contra a onda invasora do comunismo deleterio (edição n.º. 1310).*

Não esqueçamos que, além da radicalização das forças políticas no Brasil, a conjuntura política internacional estava explosiva, com a guerra civil espanhola fornecendo diariamente à imprensa notícias que eram motivos de muita consternação, com cenas de barbárie.

Daí a um mês, em 19 de dezembro de 1937, o mesmo jornal apresentava nova matéria sobre *O sentido brasileiro da nova constituição*, denominando-a de nacionalista e unitarista, "enfeixando nas mãos do poder central a somma de attribuições necessaria à bôa e perfeita administração", na qual "o parlamentarismo, com os seus velhos tabus liberalistas, cede lugar ao corporativismo racional... E acima de tudo, o senso profundo das conveniencias da Nação se sobrepondo às velhas e rançosas fórmulas liberalistas e individualistas, que herdamos do século passado" (edição 1315).

Eis, em poucas palavras, o ponto a que chegaram as manifestações da imprensa independente nessa conjuntura, caracterizando o liberalismo como *velhas e rançosas fórmulas individualistas*, exaltando concepções corporativistas de Estado. Hegel renascia à esquerda e à direita, inspirando os ideólogos que refletiam sobre os escombros do liberalismo. Mas a posição da alta hierarquia eclesiástica explicitou-se inteiramente pela alocução do arcebispo D. Aquino Corrêa, após a missa campal comemorativa do cinquentenário da República e da Bandeira Nacional, a 19 de novembro de 1939, no adro da Sé Metropolitana de Cuiabá, e divulgada na íntegra pelo jornal *A CRUZ*, sob o título *A Igreja, a República e o Estado Novo* (edição n.º. 1416, de 26/XI/1939).

"Nunca se me afigurou tão necessária como nesta hora, uma palavra clara, sincera e incisiva, para explicar a significação de cerimônias tais..." iniciava D. Aquino o seu discurso. E continuava: "Porquanto não deixa de parecer extranho que a Igreja Catolica se associe às comemorações da proclamação duma República agnostica..." logo acrescentando que se comemorava a República, mas não aquela Constituição republicana de 1891 e que "tem procurado a nova República satisfazer aos postulados mais urgentes da consciência catolica do Paiz."

Finalizando, dizia o grande orador sacro: "...saúdo a República de 89, batizada e regenerada na agua lustral do Estado Novo... que possa ainda ser ela confirmada pelo crisma santo duma perfeita espiritualidade cristã... a Cruz enfim, a cuja sombra se nasceu e se fez grande a nossa Patria: Viva a Republica Brasileira!" (idem, ibidem).

Não expressava D. Aquino somente a opinião pessoal. No discurso, fez referência à presença do episcopado em cerimônia no Itamaraty, na qual o pronunciamento de

Vargas foi muito bem recebido pelo alto clero. Também, não apenas o anticomunismo dominante servia para explicar o apoio ao Estado Novo, havia tendências mais profundas, cinquentenárias, reafirmadas, aliás, pelo orador, ao dizer que "no começo da República, tivemos que suportar uma mentalidade estranha, pregada por filósofos evadidos da nossa realidade", repetindo palavras do ministro da Guerra. No entanto, naquela quadra histórica, o anticomunismo era uma razão muito forte para convergências que facilitavam entendimentos e identificações para novas alianças políticas, ainda mais quando o afastamento institucional da Igreja e do Estado já havia se consolidado no Brasil. O Estado Novo procurava ampliar a sua base de apoio na sociedade para não ficar dependente das forças armadas, afinal se tratava de um regime ditatorial mas personalista, autoritário por natureza, com fortes tendências populistas. Não era uma ditadura militar clássica.

## Fonte e Bibliografia

Periódico

A *CRUZ*, órgão da Liga Social Católica Brasileira de Matto Grosso. Cuiabá, MT: Oficinas Tipográficas do Liceu Salesiano São Gonçalo, desde 1910.

Livros e artigos

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo - Imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da literatura de Mato Grosso - Século XX*. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2001.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SEC, Cadernos Cuiabanos nº. 04, 1978.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PÕVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá: 1996, volume II.